

ELTON ANTUNES

eltunes@uol.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

NA CENA DA NOTÍCIA: VESTÍGIOS DO JORNALISMO NO ASSASSINATO DE MULHERES

INTRODUÇÃO

A tragédia não é metabolizada, não se converte em emoção, não é incorporada à economia dos afetos, não é mobilizadora, não funciona como causa para a sua vigília, para a sua insônia, não altera sua consciência. A vida segue!
(Luiz Eduardo Soares, *Ciência Hoje* 278, Janeiro/Fevereiro de 2011)

Um dos traços marcantes da cobertura jornalística é o noticiário que abrange a ocorrência de diversos crimes violentos com a morte de mulheres, com a rotina do trabalho midiático oscilando entre a cobertura dos acontecimentos de grande repercussão e a cobertura cotidiana referida aos chamados crimes de proximidade cometidos por parceiros afetivos.

São episódios que se inscrevem no universo dos conflitos intersubjetivos violentos, que contribuem fortemente para o aumento da mortalidade por homicídios no Brasil (Costa, 2011), fazem parte de todo um conjunto de mortes que compõem o universo da violência interpessoal ou violência nas relações íntimas (Mourão, 2014; Soares, 2012) e atingem em especial as mulheres (Waiselfisz, 2012), ainda que nesse caso sua qualificação como violência conjugal, violência familiar, violência sexista ou violência doméstica, seja controversa (Debert & Gregori, 2008; Mourão, 2014; Soares, 2012; Vasconcellos, 2014).

Em iniciativa pioneira no contexto brasileiro para compreender possíveis articulações entre mídia e violência no que se refere à violência de gênero – e na esteira de importantes trabalhos que investigavam a cobertura jornalística da criminalidade no país (Ramos & Paiva, 2007) – um monitoramento de mídia acompanhou a cobertura do tema “violência contra as mulheres” em jornais impressos no ano de 2010 e constatou que

o noticiário apresenta os acontecimentos encerrados neles mesmos, sem conexão com causas e consequências, com a narrativa voltando-se sobretudo para a caracterização da chamada “cena do crime” e na maioria dos casos segundo a perspectiva oferecida pela instituição policial. Tais relatos não exploram, por exemplo, elementos que vão além da situação imediata da ocorrência de maneira a acionar elementos contextuais que indiquem a emergência ou a perpetuação dos comportamentos implicados na ação de violência, evidenciando que “os veículos noticiosos brasileiros ainda têm dificuldades em tratar a violência contra as mulheres como fenômeno complexo e multidimensional” (Vivarta, 2011, p. 8).

Estudos internacionais, por sua vez, problematizam a maneira como a mídia retrata a violência contra a mulher perpetrada por parceiros do seu círculo de relacionamento. Em geral destacam enquadramentos assumidos em uma cobertura que consideram enviesada, no sentido de reiterar mitos e estereótipos que culpabilizam as mulheres e obscurecem a responsabilidade dos agressores (Berns, 2001, 2004; Bullock & Cubert, 2002; Richards, Gillespie & Smith, 2011; Simões, 2007; Simões, 2011; Taylor, 2009) e a forma como tais ocorrências são muitas vezes vistas como tragédias privadas imprevisíveis e não como problemas sociais que demandem políticas públicas (Nettleton, 2011; Ryan, Anastario & DaCunha, 2006). Todos os trabalhos marcam a ausência de elementos que explicitem no noticiário a dominância de valores culturais patriarcais, e em cruzamento com outras dimensões como classe social e etnia, ainda que seja possível identificar mudanças nos padrões da cobertura em diferentes contextos sociais (González, 2007, 2010; Simões, 2011; Wozniak & McCloskey, 2010).

Tais pesquisas, em geral estudos longitudinais de acompanhamento de mídia, se colocam no marco teórico das investigações que tratam das formas de imbricamento entre a cobertura jornalística e a agenda pública (a perspectiva do *agenda-setting*), da compreensão acerca do papel do trabalho jornalístico na determinação dos assuntos e temas em pauta (estudos que se baseiam nas noções de *gatekeeper* e critérios de noticiabilidade) e dos quadros interpretativos que conduzem a leitura de tais acontecimentos (a matriz teórica do *framing research*).

Em recente pesquisa¹ buscamos levantar elementos para compreender como a morte das mulheres referidas aos chamados crimes de proximidade

¹ O projeto “Crimes de todo dia: O noticiário do assassinato de mulheres e o testemunho jornalístico” integra uma proposta de investigação mais abrangente – “Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico” – integrada ainda pelos professores Bruno Souza Leal, Paulo Bernardo Vaz e Carlos Alberto Carvalho.

é construída no relato rotineiro da mídia informativa. Se os eventos de grande projeção, os chamados “casos comoventes” (Pedemonte, 2010), provocam acentuado interesse analítico pela dinâmica que instauram no tecido social, inclusive com a interrupção de rotinas da própria mídia informativa, as “pequenas mortes” de mulheres no relato jornalístico têm merecido um olhar marcado pela ideia de registro, para a qualificação tipológica e análise da modalidade de cobertura, tida como sensacionalista, que é realizada pelos meios de comunicação (Ramos & Paiva, 2007; Sanematsu, 2011). Nesse texto buscamos explicitar algumas articulações entre tais casos de violência e o relato jornalístico. Mais especificamente, nesses casos de violência como tais mortes circulam na mídia informativa? O que os relatos demarcam e focalizam no que se refere às dimensões de violência de gênero que aí podem estar implicadas? O que fazem ver quando observam tais crimes?

VIOLÊNCIA E MORTE

Uma das questões previstas na pesquisa propôs examinar contrastivamente os procedimentos discursivos utilizados por diferentes plataformas midiáticas (jornal impresso, telejornal, portal de internet e radiojornais) em contexto regional para construir o relato desses acontecimentos violentos na cobertura jornalística cotidiana.

Conforme estabelecido em proposta de investigação apresentada em 2012, a violência de gênero ou contra as mulheres reportada na cobertura jornalística de que tratamos aqui é aquela relativa a crimes que envolvem a agressão a mulheres em ambientes públicos ou privados, marcados por relacionamentos com parceiros íntimos, conhecidos, ou que pressupõem confiança social (Niklas Luhmann, 2005a). Nesse sentido, a investigação proposta buscava tanto ajudar a compreender a violência contra as mulheres em suas especificidades e em um quadro mais abrangente – evitando-se a contraposição entre situações que apanham as mulheres na condição apenas de vítimas no ambiente doméstico e aquelas que minimizam os aspectos ligados a gênero (Soares, 2012) – quanto refletir sobre os modos como os agentes jornalísticos apreendem e configuram esses acontecimentos.

A literatura aponta para a inexistência de uma definição consensual do que seja a violência contra mulher (Dekeseredy & Schwartz, 2011). A disputa política e ideológica em torno do assunto é um dos elementos que dificulta tal tarefa tendo em vista que, se acepções mais estreitas – muitas vezes amparadas em base jurídica – podem favorecer a construção de

elementos descritivos para os fenômenos, também podem socialmente implicar em forte subestimação das ocorrências. Qualquer decisão metodológica tem pois peso não apenas científico mas político.

Em nossa pesquisa, a decisão metodológica recaiu em uma visada mais abrangente exatamente para, dentre outros objetivos, verificar se e de que maneira a construção jornalística reporta tal fenômeno, qual seria o repertório de histórias que o noticiário põe em cena. Assim, antes de se referir a episódios claramente identificados pela abordagem jornalística, tratou-se de perceber que elementos fazem emergir a violência de gênero no relato. A violência contra a mulher é um fenômeno sociocultural com uma variedade de formas enraizadas em contextos específicos, moldadas por circunstâncias e valores peculiares em cada sociedade (Lisa, Fontes & McCloskey, 2011) e a narrativa jornalística também expressará tais elementos em sua configuração.

Assim, para fins de identificação dos relatos jornalísticos, inicialmente tomamos como forma de violência contra a mulher tanto a violência física típica, como agressões de natureza sexual marcadas pelo não consentimento, constrangimento ou ameaça, bem como a chamada violência psicológica, pois “as mulheres que são alvos de violências interpessoal íntima raramente são apenas vítima de um tipo de agressão” (Dekeseredy & Schwartz, 2011, p. 11). De modo específico, tratamos dos casos que evidenciam relacionamentos de caráter íntimo e permanente, com formas de violência que se alteram mas cuja natureza repetitiva se mantém (Basile & Black, 2011). Tal compreensão é importante para que se possa dimensionar os episódios de assassinato de mulheres no relato jornalístico pois permite chamar a atenção para o fato de que tais ocorrências podem não ter o caráter “episódico” que muitas vezes adquire forma no noticiário. Os assassinatos têm grande chance de se inscreverem em cadeias de causalidades que relacionam diferentes modalidades de violência que tem na morte uma situação limite. É nesse sentido que torna-se importante observar a morte das mulheres no noticiário em meio a episódios de abuso psicológico, agressão física, agressão verbal, violação, perseguição, chantagem econômica, agressão de filhos e outros parentes por parte do parceiro íntimo, ex-marido ou não, e também dos suspeitos que fazem parte de uma rede de relações que implicam diversas formas de proximidade com a vítima, uma relação interpessoal continuada baseada na confiança.

Estamos trabalhando nessa perspectiva com uma variedade de contatos relacionais podendo ser um amigo, parceiro íntimo ou um estranho em que se deposita uma expectativa de se confiar. Ou seja, uma relação

de confiança suportada em um “mundo familiar” (Niklas Luhmann, 2000, 2005), base para relação interpessoal, para uma proximidade assentada em socialidade vivida com apoio em uma interação, não necessariamente íntima, mas recorrente, ainda que episódica, e também com um estranho.

As abordagens sociológicas indicam para uma multidimensionalidade do conceito de confiança interpessoal (Niklas Luhmann, 2000; Mariñez Sánchez, 2012; Rennó, 2011) tratando de aspectos tão distintos quanto o grau de confiança das pessoas nas demais até um sentimento mais difuso “acerca de como as pessoas em geral confiam umas nas outras” (Rennó, 2011, p. 398), uma forma de “confiança generalizada” naqueles mais distantes. Rennó argumenta que a confiança não está referida em relações apenas com aquele que é “conhecido”, mas também com estranhos. Fundamentalmente confiar é dar crédito de que o outro agirá conforme se espera que ele aja. Crença, neste caso, é a estimativa de probabilidade que outros não agirão de forma a prejudicar a pessoa que confia ou outro envolvido na relação. Como é uma probabilidade, não há certeza de que a confiança não levará a comportamentos que coloquem em perigo o que confia. Portanto, sempre há risco envolvido nas relações de confiança (Rennó, 2011, p. 400). A probabilidade não significa reduzir a confiança interpessoal a um “cálculo” pois ela está assentada não apenas em um momento cognitivo, mas também em atitudes afetivas, morais e práticas que sustentam a cooperação (Quéré, 2011). Daí que a informação disponível – “experiências anteriores com aquela pessoa, reputações e a intermediação de terceiros” – assegura apenas em parte esses níveis de confiabilidade, mas a confiança em si é “um atalho para a plena informação. Se eu confio em você, não preciso investir muito em monitoramento e na coleta de informações” (Rennó, 2011, p. 400). As relações de confiança, segundo o autor, valem-se menos da informação acerca dos outros do que de uma base moral assentada na ideia de reciprocidade, que alicerça atitudes e expectativas sobre como todos devem ser tratados.

Nesse sentido, a pesquisa partiu da análise do modo como episódios de violência contra mulheres emergem no noticiário, examinando as relações “sugeridas” nessa emergência. Para além da catalogação das ocorrências, a apreensão situada do que é reportado se afigura como chave em nossa abordagem. Afinal, no processo vital humano, relações de confiança ocorrem quase sempre de maneira situada. Apesar de usarmos e abusarmos intelectualmente do dualismo das categorias de público e privado, nossas relações no mundo concreto dão-se de maneira muito mais complexa. A linha que vai das pessoas íntimas às conhecidas e aos estranhos pode

ser dividida em infinitas gradações. Ademais, mesmo quando a possibilidade de confiança tem como objeto pessoas estranhas, estas sempre nos aparecem em situações específicas: no trânsito, na escola de nossos filhos, na rua, no escritório, em uma manifestação política, em uma viagem etc. Em cada situação, esses estranhos se nos apresentam de maneira diversa: um guarda de trânsito, um mendigo, uma vendedora de enciclopédias, um passante etc. Cada uma dessas situações relacionais é embebida em aspectos institucionais, menos ou mais sutis, e em outros aspectos cognitivos que compõem nossa vida social. (Feres Júnior & Eisenberg, 2006, p. 470)

Nesse cenário, as mídias noticiosas se apresentam como atores peculiares, não apenas como meros suportes de notícias. Revelam-se como parte de uma cadeia interpretativa que expõe a mediação jornalística como uma rede de circulação de notícias mas também de partilha de valores e de legitimidade. Em tal perspectiva, um dos aspectos importantes envolvidos nesse processo é o da seleção do que vai ser noticiado, algo que passa a ser visto não nos termos estritos da relação acontecimento/notícia, mas especialmente das condições particulares que a tornam possível e historicamente existente. Não se trata, vale ressaltar, de pensar em termos de critérios de noticiabilidade, noção recorrente no campo de estudos do jornalismo, mas do modo como a evidência, o foco fornecido pelos relatos que foram compilados na coleta rivaliza com certa dispersão, imprecisão, indefinição de fronteiras – temáticas, enunciativas, de enquadramento etc. – daquilo que chamamos o fato noticiado. Nesse sentido, não se trata de tomar o material jornalístico que apresenta a violência contra mulheres caracterizando “aquilo de que se fala”. A prevalência do tema, da busca pelo centro informativo do relato, de uma “resposta” que a notícia oferece e que irá ganhar a primazia do sentido comunicado mantém uma perspectiva de classificação e catalogação das notícias a priori, com base em um elemento indexante que acaba por novamente restringir a caracterização do acontecimento jornalístico a elementos diretamente relacionados à representação do evento reportado, e não dando conta efetivamente das outras dimensões implicadas na produção noticiosa, tais como a situação de produção, o veículo, dimensões languageiras e notadamente as condições de apropriação e expectativas do público. A notícia teria um núcleo e as pesquisas amparadas em tal compreensão voltam-se para a identificação e análise desses conteúdos (Leal, Antunes & Vaz, 2010). Tal concepção, todavia, costuma ocultar que a especificação desses elementos centrais pode implicar no desprezo de uma dimensão constitutiva das notícias, o caráter opaco, fugidio, esquivo, impreciso do acontecimento reportado. Amparado por

uma rede intertextual de acontecimentos outros, uma cadeia de contextos e registros socioculturais vários, elementos cognitivos específicos, biografias variadas, textos diversos, a identificação do “fato principal” revela-se mais problemática do que o próprio imaginário jornalístico leva a crer.

Como observa Niklas Luhmann (2005b, p. 56), “os meios de comunicação se interessam pelo que é verdadeiro só sob condições fortemente restritivas” e o configuram de modo próprio e peculiar. Além disso, as mídias informativas definem o que é verdade – o que é o acontecimento e o que dele deve ou pode ser noticiado – não apenas para si, na sua leitura do mundo, mas também em relação uns aos outros, constituindo-se como uma espécie de instância avaliadora posicionando-se diante da complexidade dos fenômenos, produzindo narrativas diversas e buscando garantir a legitimidade da sua ação e de todo o “sistema”, para usar o termo caro a Luhmann.

Por fim, cumpre destacar que a reflexão aqui proposta é tributária de um conjunto de trabalhos que discutem exatamente a visibilidade emergente nos relatos da mídia informativa (Fonseca, 2012; Lara, 2013; Mafra, 2011). Trabalhamos com a ideia de que tais regimes de visibilidade ou de visibilização se inscrevem em um movimento distinto de olhar para a produção dos relatos à “cata” de critérios de noticiabilidade. Afinal,

Aquilo que se toma como *relevância jornalística* não poderia ser alvo de uma definição *a priori*; ela surge em reverberação, junto a uma experiência publicamente acessada e compartilhada – por jornalistas e por sujeitos não-jornalistas, por todos e por qualquer um. Tudo isso nos leva a pensar a relevância a partir de um infame trocadilho: relevância é *revelância*, ou seja, a notícia é algo que se reveste de um poder revelador. *Revelância* que pode ser (ou não) parte de uma revelação: as notícias são como encaixes de uma experiência que indica e que tenta descortinar o complexo e inusitado caldo social que acolhe os sujeitos modernos (enganados por suas ilusões de controle), nos tempos de agora. Por isso, relevância é *revelância* e *reverberância*, isto é, algo cujo poder revelador instala-se com a provocação de ressonâncias, de ecos, de espalhamentos, nas possíveis fraturas das diversas e inesperadas experiências dos sujeitos, em contextos sem-fim. (Mafra, 2014, p. 107)

Foi considerando esse enquadramento teórico mais geral que elaboramos análises iniciais a partir do material coletado. Uma das reflexões desenvolvidas partiu de uma primeira análise a partir de “casos” identificados no material buscando caracterizar como aspectos relacionados ao

dimensionamento dos relatos na articulação violência contra mulheres, morte das mulheres e a figuração do agressor elementos ocupam a centralidade no noticiário.

QUE MORTES SÃO ESSAS?

No trabalho metodológico de observar no noticiário o repertório de histórias relacionadas à violência e morte de mulheres procedemos a um acompanhamento da cobertura cotidiana de alguns veículos de mídia local da região de Belo Horizonte, selecionados pela sua proximidade – não apenas territorial mas como “espaço público local” (Ruellan, 2014; Tétu, 1995) – com os “pequenos acontecimentos” de violência de gênero, aos quais seriam mais porosos, e por operarem como lugar de vida propício para que tais eventos vicejem. As mídias locais selecionadas foram o *SuperNotícias*, jornal impresso popular mais vendido do Brasil; *Jornal da Itatiaia 1ª Edição*, o principal radiojornal de emissora generalista de maior audiência na região metropolitana de Belo Horizonte; *Estado de Minas*, maior jornal regional de referência com circulação na região metropolitana de Belo Horizonte; *Portal Uai*, um portal noticioso com cobertura de acontecimentos na região metropolitana de Belo Horizonte; *Jornal da Alterosa – 2ª Edição*, da emissora de mesmo nome, e *Balanço Geral*, da TV Record, dois telejornais emitidos regionalmente e de perfil editorial voltado para questões locais.

Tendo por referência experiências anteriores de pesquisa, a partir de uma revisão da metodologia de análise de conteúdo (Bauer, 2008; Leal, Antunes e Vaz, 2012), realizamos uma coleta de matérias jornalísticas utilizando a técnica do “mês falso”, em que as mídias foram monitoradas por quatro semanas distintas, ao longo de quatro a cinco meses. Com isso, objetivamos tanto acompanhar a regularidade do agir midiático bem como a maneira como tais veículos apresentaram os acontecimentos. A coleta considerou as matérias em vários dos seus elementos verbo-audio-visuais, em diferentes formatos jornalísticos (notícia, artigo de colunista, nota, reportagem etc.). Para esse artigo lidamos apenas com a caracterização de elementos temáticos específicos presentes no material.

Considerando o conjunto dos casos que implicaram alguma forma de violência contra a mulher, foram recolhidas 344 matérias, sendo 18 do radiojornal, 86 dos jornais impressos, 134 do portal e 106 dos telejornais. No que diz respeito especificamente a relatos que envolviam crimes que redundaram na morte de mulheres, foram recolhidas 158 matérias, sendo 8 do radiojornal, 34 dos jornais impressos, 71 do portal e 45 dos telejornais.

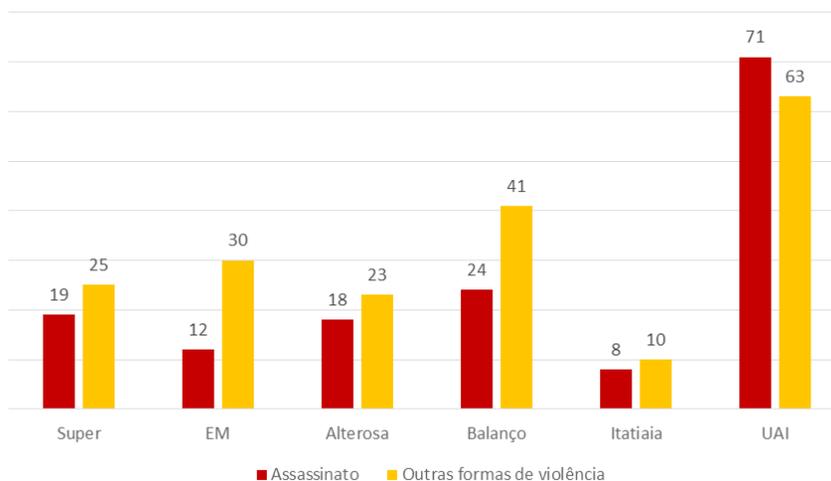


Gráfico 1: Violência contra mulheres - número absoluto de relatos

A distribuição das matérias conforme a mídia noticiosa, levando em consideração o conjunto das notícias sobre violência e não apenas as que reportam morte, mostra alguns elementos a se destacar para pensarmos a maneira como as mortes de mulheres foram relatadas.

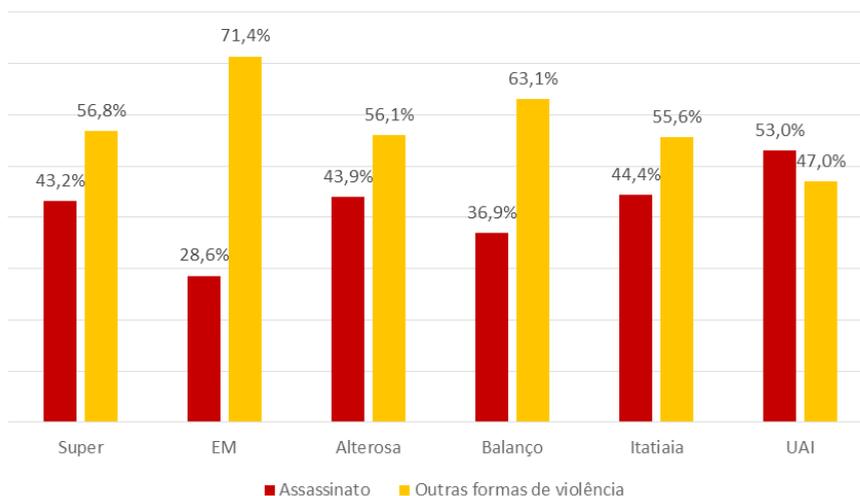


Gráfico 2: Violência contra mulheres no noticiário - percentual

O relato do número de mortes frente ao de outros casos de violência não tem um padrão homogêneo entre as diferentes mídias informativas. Vai de aproximadamente 1/3 dos casos no jornal impresso de referência até pouco mais da metade no portal de notícias.

O portal de internet funciona como um grande repositório de ocorrências, fazendo um registro generalizado de diversos episódios, sem maiores preocupações com triagem ou seleção do que será publicado. É o único veículo em que o número de relatos relativo às mortes se sobrepõe às demais formas de violência. Indica provavelmente uma tentativa de registro de material oriundo de fontes diversas, outras mídias e instituições policiais. Os demais veículos, com proporções diferentes, apontam os assassinatos como uma dimensão de um conjunto mais vasto de violências reportadas. A se destacar que o único meio considerado como “jornal de referência” é aquele que apresenta o menor número de casos, permitindo indicar que certa imagem da associação entre notícias de morte e jornalismo “sensacionalista” é ainda estruturante no universo da mídia informativa (Ramos & Paiva, 2007). Os demais veículos, todos colocados no rol da mídia voltada para o popular, trabalham em um patamar acima, noutra grandeza em relação aos crimes de morte. O telejornal “Balanço Geral” pode ser considerado quase uma mídia especialista em questões relativas à violência, dado o volume de cobertura comparada aos demais veículos e se considerarmos a especificidade do portal em registro de unidades informativas. Responde por quase 20% dos relatos no conjunto das mídias e na sua distribuição interna tem uma proporção significativa de relatos de outras formas de violência: 63% do total.

Quando se trata de pensar a maneira como a questão da morte de mulheres emergiu no material informativo, buscou-se verificar se a situação de violência era apontada como o tema central que organizava a estruturação do relato ou se era convocada ao longo da narrativa. O tema pretende indicar se a violência cometida contra a mulher é o enunciado chave para recortar e estruturar a representação simbólica dos acontecimentos noticiados.

No material que trata de todas as formas de violência que tiveram mulheres como alvo, há um apelo mais acentuado nas mídias televisivas e no portal de internet. O noticiário no rádio é o que menor indicou o tema da violência contra a mulher como o aspecto central para construção do relato.

Na cena da notícia: vestígios do jornalismo no assassinato de mulheres



Gráfico 3: Portal UAI



Gráfico 4: Jornal da Itatiaia



Gráfico 5: Balanço Geral



Gráfico 6: Jornal da Alterosa



Gráfico 7: Jornal Estado de Minas

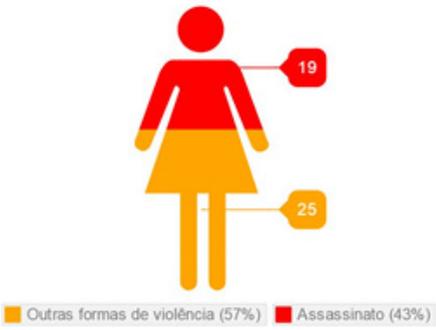


Gráfico 8: Jornal Supernotícias



Gráfico 9: Caracterização da violência contra a mulher na narrativa na totalidade das matérias - Rádio

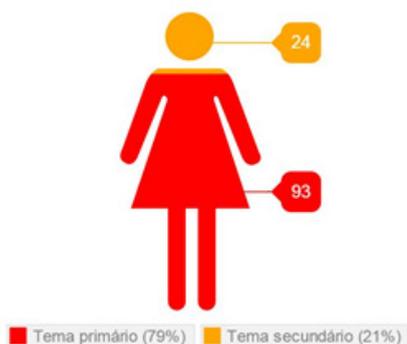


Gráfico 10: Caracterização da violência contra mulheres na narrativa na totalidade das matérias - TV

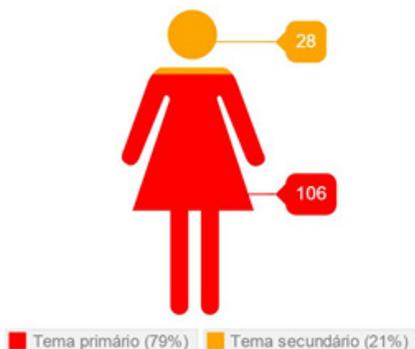


Gráfico 11: Caracterização da violência de gênero na narrativa – Portal UAI

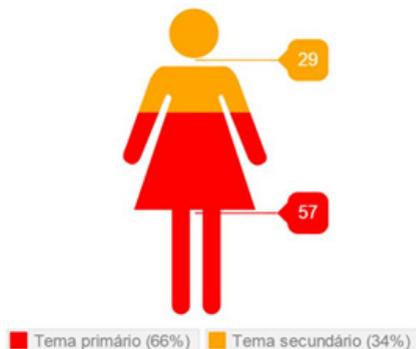


Gráfico 12: Caracterização da violência de gênero na narrativa – Jornais EM e Supernotícias

Há entretanto uma evidente distinção entre os jornais impressos. O *Supernotícias* tem, nos casos de morte de mulheres, uma indicação mais acentuada de que o episódio é o tema central, enquanto no jornal *Estado de Minas*, quase a metade dos relatos não tem o assassinato como o tema primário da notícia.

Entretanto, quando observamos a maneira como os aspectos relativos aos crimes cometidos contra mulheres em que o parceiro íntimo é apontado como o um dos agressores, alguns elementos ganham outra conformação. São indicativamente conflitos intersubjetivos que implicam relativa intimidade entre os parceiros. Não apresentamos aqui informações relativas aos espaços em que eles ocorreram, nem tampouco dados acerca

do perfil dos agentes e suas relações tais como condição socioeconômica, perfil étnico e faixa etária.

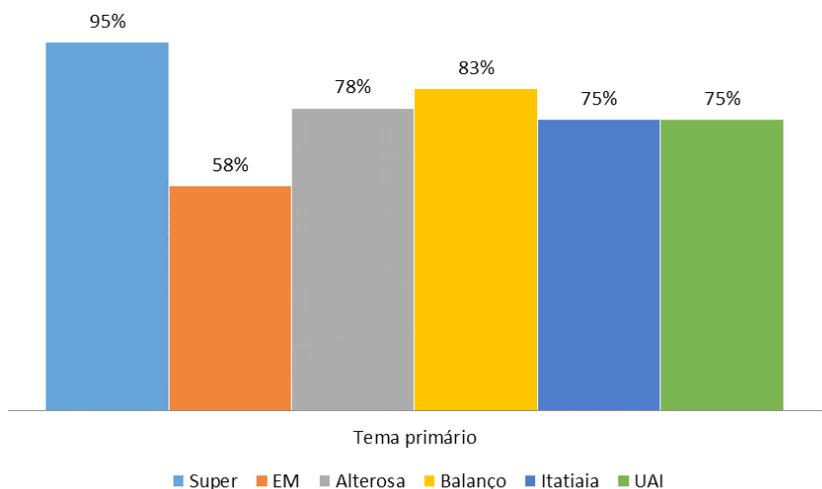


Gráfico 13: Violência contra mulher como tema central no noticiário

Serão indicadas tão somente informações que explicitam um aspecto da relação conjugal e afetiva com um protagonista da agressão, tal como caracterizado pelos textos jornalísticos, em que o parceiro é posto na condição de namorado, ex-namorado, marido, ex-marido, papéis essenciais para delinear situações de conflito interpessoais com propensão a caracterizar eventos associados a violência de gênero, e a maneira como tais atos de violência compõe o noticiário em análise.

A observação da caracterização do agressor (Gráfico 14) mostra que em todas as mídias a responsabilização de maridos, ex-maridos, namorados e ex-namorados, tem aumento de peso quando a violência deixa o universo de todos os delitos provocados e concentra-se nos casos que implicaram a morte de mulheres. A menor variação ocorre no jornal *Estado de Minas*, de 33% para 35,7%, e a maior no jornal *Supernotícias* e no telejornal *Balanço Geral*, ambos com variação em torno de 21%. Indica-se aí efetivamente um perfil em que a violência cometida contra mulher e que esteja relacionada ao contexto da intimidade adquire maior visibilidade ou ganha interesse à medida em que os parceiros domésticos/conjugais acham-se implicados.

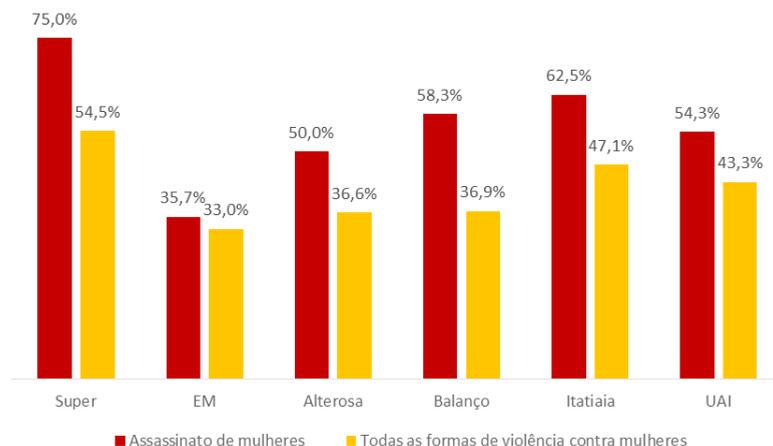


Gráfico 14: Parceiros íntimos agressores (marido, ex-marido, namorado, ex-namorado) indicados pelas matérias

Reitera-se, é possível perceber, que mídias tidas como de maior apelo popular exploram com mais ênfase tal aspecto do que o chamado jornalismo proclamado como de referência. Mas também pode ser verificada uma percepção característica das mídias de visar a violência que implicou na morte das mulheres apontando para a relação típica de uma violência que tem no homem próximo um agente e que desembocará em assassinato. A intimidade em algum grau aparece como o contexto chave para caracterização dos homicídios. O interesse jornalístico aponta claramente para tal situação, mas apenas com uma análise detida de outros elementos e da narrativa realizada permitiria discutir se há uma percepção para tais mortes como consequência natural do “relacionamento íntimo”, resultado de uma dinâmica de violência que passa por diferentes ciclos de tensão no relacionamento.

De toda maneira, é possível também indicar que o interesse jornalístico escora-se em uma percepção social de que a violência contra a mulher, no contexto de relações de intimidade, adquire relevo à medida que deixa uma suposta dimensão do privado ou da intimidade dos lares e passa a contar com a presença de outras instituições, como a policial, no momento do crime de assassinato. O momento da morte torna-se o mote crucial para “o” interesse jornalístico. Mais do que revelar um tema da agenda a cobertura pode indicar a tolerância à violência contra as mulheres. No “Mapa da Violência 2012: Homicídio de mulheres no Brasil”, vale lembrar,

destaca-se que “é no âmbito doméstico onde se gera a maior parte das situações de violência vividas pelas mulheres (Waiselfisz, 2012).

EM TORNO DE ALGUMAS CENAS

A maneira como os relatos aparecem no noticiário sugere que, para além de uma ideia geral de cobertura da violência, cada ocorrência se encaixa em uma mídia, segundo uma divisão espacial dos papéis informativos. E, ainda que seja forte a perspectiva de enfiar um conjunto de ocorrências segundo um mesmo enquadramento – um modo peculiar de tratar daquele campo temático – percebe-se que cada caso constitui-se jornalisticamente convocando um conjunto de contextos específicos que devem dialogar com os quadros de sentido mais gerais que podem ser atribuídos a este ou aquele veículo.

Nesse sentido, ao contrário de só reunir um conjunto de relatos em um mesmo universo temático, é preciso pensar o que justifica a passagem ou não-passagem de uma ocorrência de certos domínios da vida social para o espaço da visibilidade midiática, e também o modo como cada uma dessas áreas é regulada.

Se em uma larga e consistente pesquisa realizada em 2006 pesquisadores identificaram uma tendência de modificação no tratamento dispensado pela imprensa aos temas ligados à violência, constatando na ocasião uma evolução e que “os jornais melhoraram significativamente sua cobertura” (Ramos & Paiva, 2007), um olhar mais detido sobre a cobertura considerando uma diversidade de mídias permite ponderar algumas dessas constatações.

Com a sugestiva expressão “esqueçam o cadáver”, os pesquisadores caracterizaram a cobertura de violência e criminalidade indicando a “diminuição do uso, pela maioria dos jornais e mesmo das emissoras de TV, de recursos sensacionalistas e noções apelativas” (Ramos & Paiva, 2007, p. 15). Ao observarmos o cenário que se desenha a partir da cobertura no período abrangido em nossa pesquisa, com a perspectiva de lidar com ocorrências no campo da violência contra mulheres, o mote do noticiário parecer ser, na verdade “lembrem-se do cadáver”. O corpo que jaz é, de fato, epicentro para organizar o relato e dirigir a atenção da cobertura. Mas a morte das mulheres – no que ela constitui simbolicamente para dizer do mundo da violência de gênero – antecede aos crimes reportados.

Schollammer nos lembra que ao “olhar para o mundo como se olha para cena de um crime”, se a literatura em um primeiro momento

entronizou uma atitude moderna, que tinha na racionalidade do detetive e sua busca pelo desvelamento e explicação do acontecimento uma figura central, contemporaneamente abandonou-se a ilusão de uma coerência causal entre os acontecimentos e suas condições (Schollammer, 2013). Diz o autor que, na cena do crime renovada, o cadáver é o ponto enigmático da história, “converte-se no espaço de trânsito entre o que aconteceu, os fatos que causaram a morte e o que acontecerá em consequência dela” (Schollammer, 2013, p. 16). A morte de mulheres que se tece na cena jornalística da cobertura observada parece congelar tal trânsito, sendo visada como um destino que não se implica com causas e consequências.

Daí, a maneira como as unidades informativas convergem ou divergem para caracterizar as notícias da morte de mulheres não pode ser buscada na visibilidade imediata das ocorrências no noticiário. Para cada matéria seria importante, por exemplo, verificar se a natureza íntima e permanente do relacionamento é explicitada, se a forma e natureza repetitiva e alteração das formas de violência é evidenciada. Da mesma maneira, é preciso verificar como se indica a responsabilização de agentes pelo ocorrido. Do contrário o noticiário soa como um vaticínio (uma nova violência?) e a reflexão necessária sequer insinua-se, revela-se tão somente reiterando que “há algo na violência que não se deixa articular explicitamente, um cerne que escapa e que nos discursos oficiais da justiça, da criminologia, da sociologia, da psiquiatria *e do jornalismo* nunca é vislumbrado” (Schollammer, 2013, grifo nosso).

Assim, o que se percebe ao observar tais matérias é uma visão bem pouco uniforme por trás da aparência de matérias de um mesmo universo temático. Há sem dúvida, predominâncias que sugerem certos universos temáticos na cobertura de tais episódios de violência. Mas, menos que um ranking de temas, sugerem-se áreas temáticas que, além de não apresentarem contextos, defrontam-se principalmente com a dificuldade do relato enfrentar o próprio acontecimento. O que o compilado de matérias evidencia é, no mesmo ato, aquilo que o relato das mídias informativas negligencia. A relevância pressuposta do tema não permite “*revelância*” e “*reverberância*”.

Destacar não significa, repetimos, permitir a visibilização. No caso da violência contra a mulher, as matérias articulam na sua intensidade de relatos acontecimentos diferentes que engendram distintos “regimes de visibilidade”, que compreendemos como formas que comportam tanto o visível quanto o invisível, contemplando, dessa maneira, aquilo que não se revela de imediato à percepção social, mas que está em diálogo com o que

se vê. Os textos jornalísticos articulam sentidos a partir de um conjunto de presenças e ausências sugerindo que as representações sociais acionadas pelo discurso jornalístico e os sujeitos construídos em relatos noticiosos não dão a ver a violência contra a mulher. Reiteram certas concepções acerca da violência contra a mulher.

A constância de determinados relatos acerca da morte de mulheres não pode ser vista apenas como uma forma de tornar públicos determinados temas e atores. Tal visibilidade midiática não se dá apenas por oposição a aquilo que não é mostrado, que permanece em uma zona de segredo, mas pela instauração também de um espaço não homogêneo em que a visibilidade é ao mesmo tempo o que não permite alcançar visibilidades outras. Tão importante quanto perceber os elementos que aparecem é identificar aquilo que fica soterrado pela maneira como aquele tema é exposto. Não se trata tão somente da ausência objetiva de determinado evento ou ocorrência, de algo que objetivamente existiria noutro lugar, mas, nos termos de Mouillaud, toda e qualquer informação engendra o desconhecido, no mesmo movimento pelo qual informa; inicialmente, porque produzir uma superfície visível induz um invisível como seu avesso: um invisível que não pode mais ser destacado do visível; o avesso de um tecido não o pode ser de seu direito (Mouillaud, 2002, p. 39). Há um nível de visibilidade que se delinea e é visado pelos estudos sobre noticiabilidade ou valores-notícia. Ao noticiar casos de agressão contra mulheres que ocorrem no espaço doméstico o jornalismo não está necessariamente “quebrando” regras do jogo social; mas, ao contrário: pode atuar para reforçá-las, pois a cobertura jornalística não abole a discrição e os segredos de determinadas questões e, com frequência, não torna visíveis os agentes e a maneira como estão envolvidos nessas ocorrências.

Se as diretrizes que orientam os jornalistas na seleção do que deve ou não fazer parte do noticiário ajudam a compreender as diferenças presentes na cobertura dos acontecimentos, a noticiabilidade é apenas um dos fatores que pode explicar a proeminência, o destaque conferido a alguns acontecimentos, mas não se configura como o elemento mais importante.

Nesse sentido, é preciso sempre investigar os diversos estatutos que cada relato jornalístico alcança e compreender como na própria tessitura destes textos um conjunto de ausências e presenças é articulado, maapeando os elementos que se tornam visíveis e aqueles que permanecem relegados a um plano de invisibilidade. A cobertura permite apontar a visibilidade alcançada pelos relatos em termos do destaque e continuidade. Mas é preciso, no caso da violência de gênero, visá-la como um “campo

problemático” (Quéré, 2005) da vida social, que faz brotar acontecimentos diversos, todos eles marcados pelas tensões que envolvem os processos de construção das masculinidades e feminilidades, suas performatividades, trânsitos e fronteiras, as relações de força, de visibilidade e invisibilidade, além dos embates político-institucionais, morais e comportamentais cada vez mais frequentes e seus desdobramentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Basile, C. K. C. & Black, M. C. (2011). Intimate Partner Violence against Women. In C. M. Renzetti; J. L. Edleson & R. K. Bergen, *Sourcebook on Violence against Women* (vol. 9, pp. 111-133). London: Sage Publications.
- Berns, N. (2001). Degendering the problem and gendering the blame: Political Discourse on Women and Violence. *Gender & Society*, 15(2), 262-281. doi:10.1177/089124301015002006
- Berns, N. (2004). *Framing the victim: Domestic violence, media, and social problems*. New Jersey: Aldine de Gruyter.
- Bullock, C. F. & Cubert, J. (2002). Coverage of Domestic Violence Fatalities by Newspapers in Washington State. *Journal of Interpersonal Violence*, 17(5), 475-499. doi:10.1177/0886260502017005001
- Costa, A. T. M. (2011). Violências e conflitos intersubjetivos no brasil contemporâneo. *Caderno CRH*, 24, 353-365. doi:10.1590/S0103-49792011000200008
- Debert, G. G. & Gregori, M. F. (2008). Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(66), 165-185. doi:10.1590/S0102-69092008000100011
- Dekeseredy, W. S. & Schwartz, M. D. (2011). Theoretical and Definitional Issues in Violence Against Women. In C. M. Renzetti; J. L. Edleson & R. K. Bergen (Eds.), *Sourcebook on Violence Against Women* (Vol. 9, pp. 3-22). London: Sage Publications.
- Feres Júnior, J. & Eisenberg, J. (2006). Dormindo com o inimigo: uma crítica ao conceito de confiança. *Dados*, 49(3), 457-481. doi:10.1590/S0011-52582006000300001

- Fonseca, A. C. S. (2012). *“Feito em casa”: o boletim Prioridade absoluta e a escrita jornalística dos direitos da criança e do adolescente*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Retirado de <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-8YFMJJ>
- González, P. C. (2007). Movimientos sociales y medios de comunicación: el cambio en el tratamiento de la violencia contra las mujeres. *Recerca. Revista de Pensament i Anàlisi*, (7), 211-239.
- González, P. C. (2010). El proceso de construcción de la violencia contra las mujeres: medios de comunicación y movimiento feminista. Una aproximación desde la teoría del ‘framing’. Castellón: Universitat Jaume I. Retirado de <http://www.tdx.cat/handle/10803/21779>
- Lara, E. C. (2013). *Entre Casos Comovente e Noticiário Cotidiano: (in) visibilidades enredadas pela cobertura da violência contra crianças e adolescentes em três jornais mineiros*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- Leal, B. S.; Antunes, E. & Vaz, P. B. F. (2010). Agendamento, enquadramento e noticiabilidade. In M. Benetti & V. Fonseca (Ed.), *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos* (pp. 187-220). Florianópolis: Insular.
- Lisa, C.; Fontes, A. & McCloskey, K. A. (2011). Cultural Issues in Violence against Women. In C. M. Renzetti; J. L. Edleson & R. K. Bergen (Eds.), *Sourcebook on Violence against Women* (vol.9, pp. 151–171). London: SAGE Publications.
- Luhmann, N. (2000). Familiarity, Confidence, Trust: Problems and Alternatives. In D. Gambetta (Ed.), *Trust: Making and Breaking Cooperative Relations* (pp. 94-107). New York: Oxford, Basil Blackwell.
- Luhmann, N. (2005a). *Confiança*. Barcelona: Anthropos editorial.
- Luhmann, N. (2005b). *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus.
- Mafra, R. L. M. (2011). *Vestígios da dengue no anúncio e no jornal: dimensões acontecimentais e formas de experiência pública na (da) cidade*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Retirado de <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-8PPLZ8?show=full>
- Mafra, R. L. M. (2014). Tudo é notícia? In B. S. Leal; E. Antunes & P. B. F. Vaz (Ed.), *Para entender o jornalismo* (pp. 103-118). Belo Horizonte: Autêntica.
- Mariñez Sánchez, C. D. (2012). La confianza: aproximaciones teóricas y propuesta sistémica para su abordaje en las ciencias sociales. *Século XXI - Revista de Ciências Sociais*, 2(1), 168-199. doi:10.5902/6388

- Melo, J. (2007). O movimento social de mulheres e a Imprensa: uma cobertura construída em parceria. In: S. Ramos & A. Paiva (Org.), *Mídia e violência: Novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- Mouillaud, M. (2002). *O jornal. Da forma ao sentido*. Brasília: Editora UnB.
- Mourão, B. M. (2014). Violência contra a mulher: conceito válido? In J. L. Ratton; R. S. de Lima & R. G. de Azevedo (Ed.), *Crime, Polícia e Justiça no Brasil* (pp. 285-292). São Paulo: Editora Contexto.
- Nettleton, P. H. (2011). Domestic Violence in Men's and Women's Magazines: Women Are Guilty of Choosing the Wrong Men, Men Are Not Guilty of Hitting Women. *Women's Studies in Communication*, 34(2), 139-160. doi:10.1080/07491409.2011.618240
- Pedemonte, D. F. (2010). *Conmoción pública. Los casos mediáticos y sus públicos*. Buenos Aires : La Crujía Ediciones.
- Quéré, L. (2005). Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos, revista de comunicação, cultura e educação*, 6, 59-75.
- Quéré, L. (2011). Confiance et reconnaissance. *Social Science Information*, 50(3-4), 375-390. doi:10.1177/0539018411411020
- Ramos, S. & Paiva, A. (2007). *Mídia e violência: novas tendências na cobertura da criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- Rennó, L. (2011). Validade e confiabilidade das medidas de confiança interpessoal: o barômetro das Américas. *Dados*, 54(3), 391-428. doi:10.1590/S0011-52582011000300005
- Richards, T. N.; Gillespie, L. K. & Smith, M. D. (2011). Exploring News Coverage of Femicide: Does Reporting the News Add Insult to Injury? *Feminist Criminology*, 6(3), 178-202. doi:10.1177/1557085111409919
- Ruellan, D. (2014). Le local, acteur du journal. *Contemporanea - Revista de Comunicação E Cultura*, 12(1), 27-38.
- Ryan, C.; Anastario, M. & DaCunha, A. (2006). Changing coverage of domestic violence murders: a longitudinal experiment in participatory communication. *Journal of Interpersonal Violence*, 21(2), 209-28. doi:10.1177/0886260505282285
- Sanematsu, M. (2011). Análise da cobertura da imprensa sobre violência contra as mulheres. In V. Vivarta (Ed.), *Imprensa e agenda de direitos das mulheres, uma análise das tendências da cobertura jornalística*. Brasília: Instituto Patrícia Galvão.

- Schollammer, K. E. (2013). *Cena do Crime: Violência e Realismo no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.
- Simões, R. J. B. de (2007). *A violência contra as mulheres nos media: lutas de gênero no discurso das notícias (1975-2002)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Simões, R. (2011). *Crime, Castigo e Gênero nas Sociedades Mediatizadas: Políticas de (In) justiça no Discurso dos Media*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Soares, B. M. (2012). A “conflitualidade” conjugal e o paradigma da violência contra a mulher. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito E Controle Social*, 5(2), 391-210.
- Taylor, R. (2009). Slain and Slandered: A Content Analysis of the Portrayal of Femicide in Crime News. *Homicide Studies*, 13(1), 21-49. doi:10.1177/1088767908326679
- Tetu, J. F. (2012). A informação local: espaço público local e suas mediações. In M. Maouillaud & S. D. Porto, *O Jornal. Da forma ao sentido, 3a edição revista e ampliada* (pp. 501-518). Brasília: Editora UNB.
- Tetu, J.F. (1995). L' espace public local et ses mediations. *Hermes*, 17-18, 287-298.
- Vasconcellos, F. B. (2014). Delitos de proximidade e violência doméstica. In J. L. Raton; R. S. Lima & R. G. de A. Azevedo (Ed.), *Crime, Polícia e Justiça no Brasil* (pp. 293-298). São Paulo: Editora Contexto.
- Vivarta, V. (Coord.) (2011). *Imprensa e agenda de direitos das mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística*. Brasília: ANDI.
- Waiselfisz, J. J. (2012). *Mapa da Violência 2012 - Atualização: homicídio de mulheres no Brasil*. São Paulo: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA).
- Wozniak, J. A. & McCloskey, K. A. (2010). Fact or fiction? Gender issues related to newspaper reports of intimate partner homicide. *Violence against Women*, 16(8), 934-52. doi:10.1177/1077801210375977

Citação:

Antunes, E. (2016). Na cena da notícia: vestígios do jornalismo no assassinato de mulheres. In M. L. Martins; M. L. Correia; P. Bernardo Vaz & Elton Antunes (Eds.), *Figurações da morte nos média e na cultura: entre o estranho e o familiar* (pp. 49-69). Braga: CECS.